



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO IV S.A.

CNPJ/ME nº 31.469.852/0001-56

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota 31/12/2022 31/12/2021

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Passivo			
Caixa e equivalente de caixa	7 6.118	6.494			
Concessionárias	8 1.736	3.266			
Impostos a compensar	9 -	1			
Adiantamento a fornecedores	11 -	1.969			
Despesas antecipadas	12 -	59			
Total	7.913	11.730			
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	9			
Partes relacionadas	10 6.054	6.018			
Adiantamento a fornecedores	11 -	1.043			
Imobilizado	13 156.113	158.600			
Total do ativo	162.167	165.670			
Total do ativo	170.080	177.400			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Solar Pereira Barreto IV ("Companhia" ou "PB IV"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto IV, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso da Rodovia SP 563, Sertão Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo.

1.1. Autorização do Parque Solar Pereira Barreto IV: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW média de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto IV, localizado no estado de São Paulo, região suudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto IV iniciou sua operação comercial em 14 de outubro de 2021.

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021, (ii) se houver necessidade de aporte de capital da holding.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2023.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 22 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • **Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 13) • **Provisão para arrendamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16) • **Provisão para desmantelamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 19) • **Receita operacional líquida:** (ajuste de efetiva) premissas para determinação do valor da receita operacional líquida: (a) provisão para desmantelamento; (b) provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis; (c) reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 25).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros autorizados até a data do balanço. b) **Concessionárias:** Representadas basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) **Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados, como referentes à compra imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (Impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solar e deprecadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) **Redução do valor recuperável:**

Ativos financeiros: São avaliados no final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais do mercado do valor do ativo no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) **Demais ativos circulares e não circulares:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) **Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) **Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujetas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. h) **Demais passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. i) **Operações de arrendamento:** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto do um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transmite o direito de uso do ativo caso o contrato transira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjetivamente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendatário, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contempla não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a despesas de arrendamento. Um ativo é direito de uso quando o arrendatário controla o uso do ativo e não é direito de uso quando o arrendatário controla o uso do ativo. j) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes registradas no resultado, são calculados de acordo com a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$60 trimesrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menor que relatem relativamente a fatores que diretamente reconhecem as informações adicionais sobre a importância do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido; k) **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como ações que possuem direitos de participação no resultado de ações e opções de ações. Igualdade de direitos entre as ações que possuem direitos de participação no resultado de ações é determinada pelo modelo de direitos de participação. São reconhecidos o valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os admissões para fatores de competência são reconhecidos como ativo não circulante.

l) **Operações de arrendamento:** Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto pelos seguintes valores:

Mercado regulado 1.639 1.399 Mercado livre 97 1.897 **Total** 1.736 3.266

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto pelos seguintes valores: R\$ 1.639 (94%) para o mercado regulado, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado; e R\$ 97 (6%) para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente ou energia teste. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

A vencer 1.736 1.399 Mais de 60 dias - 1.867 **Total** 1.736 3.266

8. CONCESSIONÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto pelos seguintes valores:

Mercado regulado 1.639 1.399 Mercado livre 97 1.897 **Total** 1.736 3.266

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto pelos seguintes valores: R\$ 1.639 (94%) para o mercado regulado, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado; e R\$ 97 (6%) para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente ou energia teste. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

A vencer 1.736 1.399 Mais de 60 dias - 1.867 **Total** 1.736 3.266

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

Ativo circulante compensável

Imposto de renda e contribuição social

Total ativo

Passivo circulante a recolher

Imposto de renda e CSLL

PIS e COFINS

PIS, COFINS e CSLL serviços prestados por terceiros

IRRF sobre aplicações financeiras

ISS

Outros

Imposto sobre importação

Total

Ativo circulante

Operação de Hedge - liquidado

EDP

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura

EDP Renováveis Brasil S.A.

31/12/2022 31/12/2021

Ativo circulante

Operação de Hedge - liquidado

EDP Renováveis Brasil S.A.

31/12/2022 31/12/2021

Ativo circulante

Operação de Hedge - liquidado

EDP Renováveis Brasil S.A.

...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO IV S.A. | CNPJ/ME nº 31.469.852/0001-56

Arrendamentos		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo em 31/12/2021	5.226				
Adições	871	Receitas financeiras	204	204	111
AVP	623	Base de cálculo	1.469	2.101	920
Ajuste Perda retroativa	(20)	Aliquotas vigentes	25%	9%	25%
Pagamentos	(642)	Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(367)	(189)	(230)
Saldo em 31/12/2022	6.058	Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	6
A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 10,24% a.a. para terrenos.		Resultado de IRPJ e CSLL	(343)	(189)	(224)
17.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 54.747 (R\$ 54.747 em 31 de dezembro de 2021). O capital social é composto de 54.648 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.		Aliquota efetiva	2,17%	1,20%	2,22%
		Imposto corrente	(343)	(189)	(224)
		Imposto diferido	-	-	9

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
17.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 54.747 (R\$ 54.747 em 31 de dezembro de 2021). O capital social é composto de 54.648 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022	31/12/2021		
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis S.A.	54.648	100%	54.648	100%
	54.648	100%	54.648	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **17.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou reserva de lucros de R\$ 4.234 (R\$ 3.940 em 31 de dezembro de 2021).

18. RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Energia comercializada no mercado de curto prazo (a)	15.810	10.116
	15.810	10.116
Deduções à receita operacional		
PIS / COFINS	(594)	(369)
	(594)	(369)
MWh comercializado (não auditado)	15.216	9.747
	84	34
(a) A operação comercial da usina iniciou em outubro de 2021, porém no período de julho a setembro de 2021 foi dada o início da operação em teste junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, operação essa que é liquidada no mercado de curto prazo, ao qual a tarifa não está atrelada ao PPA (R\$189,00) e sim ao preço de liquidação de diferenças (R\$-500).		

19. DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica (a)	(2.728)	-
	(2.728)	-
Gerenciáveis		
Depreciação e amortização (b)	(4.250)	(1.049)
Serviços de terceiros e materiais	(2.235)	(184)
Compartilhamento de custo	(834)	(477)
Outras despesas (c)	(3.589)	(236)
Arendamentos	(303)	-
Seguros	(198)	-
Despesas Gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(72)	(32)
Doações	(28)	(24)
Outras despesas	(8)	(17)
Outras despesas operacionais		
Perda no imobilizado	-	(555)
	(14.245)	(2.574)
(a) O parque solar entrou em operação em outubro de 2021, no entanto a cobrança de encargos do setor teve seu início a partir de janeiro de 2022. (b) Em 2021 foi considerado o custo referente aos meses que parque operou (outubro a dezembro de 2021), a partir de 2022 o parque iniciou sua operação total, portanto os custos apresentados são referentes aos 12 meses. (c) Refere-se a provisão de perda do empréstimo feito a fornecedores, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.		

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(49)	
Atualização financeira	(623)	(109)
Despesas com garantias bancárias	(93)	(138)
Outras despesas financeiras	(6)	-
	(771)	(246)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	69	111
Receita de variação cambial	58	22
Renda de aplicação financeira	135	
	262	134
	(509)	(114)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	15.810	15.810	10.116	10.116
Aliquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%
	1.265	1.897	809	1.214

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto IV S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Solar Pereira Barreto IV S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações entre as partes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	6.118
Despesas antecipadas	8	Custo amortizado	Nível 1	1.736
Adiantamento a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	59
Partes relacionadas	11	Custo amortizado	Nível 1	-
Não circulante				
Adiantamento a fornecedores	10	Custo amortizado	Nível 1	6.054
Partes relacionadas	11	Custo amortizado	Nível 1	1.043
Total ativo				13.967
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	14	Custo amortizado	Nível 1	26.409
Outras contas a pagar	16	Custo amortizado	Nível 2	53
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	92
Não circulante				
Outras contas a pagar	16	Custo amortizado	Nível 2	6.004
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2	78.021
Provisões	15	Custo amortizado	Nível 2	239
Total				110.818
Total passivo				118.118

Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo resulta da necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluídos na seguinte nota explicativa; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. 22.2. Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco comparável com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

22.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que a Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Provisão para desmantelamento" estão considerados os fluxos de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 18. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	26.409	26.409	26.409	-	-
Provisões	239	239	-	239	-
Partes relacionadas	78.113	78.113	92	-	78.021
Total	104.761	104.761	26.501	239	78.021

22.4. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

31/12/2022	31/12/2021	
Caixa e equivalente de caixa	6.118	6.494
Concessionárias	1.736	3.266
Total	7.853	9.760

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS
23.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, tal como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	5.059	192	-	-	5.251
	5.059	192	-	-	5.251

A Companhia não tem compromissos de compra que não estejam registrados nas demonstrações financeiras. **23.2. Obrigações de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra dos equipamentos de geração de energia solar e para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **23.3. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no mercado livre. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2036.

24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)
A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de um trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	137